

A PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO BRASIL E NO CEARÁ

Layslândia de Souza Santos¹, Lailton de Souza Santos², Vitória de Souza Santos³, Thayná Silveira Ferreira⁴, Lavínia da Silva Alves⁵

¹Doutora em Educação (PPGE/UECE), Mestre em Educação (PPGEN/UECE), Pedagoga (FECLESC/UECE) e Professora da Educação Básica (SME/QX), sousalays7@gmail.com

²Doutor em Educação (PPGED/UFRN), Mestre em Educação (PPGEN/UECE), Pedagogo (FECLESC/UECE), lailton0110@gmail.com

³Graduanda em Pedagogia (FECLESC/UECE), vitoriaks.souza@aluno.uece.br

³Graduanda em Pedagogia (FECLESC/UECE), thayna.silveira@aluno.uece.br

³Graduanda em Pedagogia (FECLESC/UECE), lavinia.silva@aluno.uece.br

Resumo

O presente estudo investiga a produção acadêmica em Educação Especial na perspectiva inclusiva no contexto brasileiro, com ênfase no Ceará. Foi desenvolvido com o objetivo de analisar criticamente as tendências e limites dessa produção, tendo em vista as desigualdades regionais e as contradições presentes nas políticas e práticas educacionais. Para tanto, buscou-se: examinar o panorama nacional das pesquisas em Educação Especial inclusiva; analisar as políticas públicas e suas implicações para a inclusão escolar; e discutir as especificidades do contexto cearense. Realizou-se, assim, uma pesquisa de natureza teórico-bibliográfica e documental, fundamentada no materialismo histórico-dialético, cujos dados foram analisados por meio de uma abordagem que integra dialeticamente elementos quantitativos e qualitativos. Os resultados indicam crescimento da produção acadêmica, porém marcado por desigualdades regionais, predominância de abordagens descritivas e permanência de práticas medicalizantes. Conclui-se que o fortalecimento da Educação Especial inclusiva requer a articulação entre produção científica crítica, políticas públicas consistentes e práticas pedagógicas contextualizadas.

Palavras-chave: Educação Especial inclusiva; políticas educacionais; produção acadêmica.

Introdução

A Educação Especial na perspectiva inclusiva configura-se como um campo de produção teórica e de intervenção pedagógica orientado pela garantia do direito à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conforme assegurado pela legislação educacional brasileira. Marcos normativos como a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) consolidam o princípio da educação como direito universal e reafirmam a responsabilidade dos sistemas educacionais em eliminar barreiras que historicamente limitaram a participação plena desses sujeitos nos espaços escolares.

No âmbito acadêmico, a pesquisa em Educação Especial desempenha papel estratégico na problematização desses modelos e na desnaturalização de discursos que associam deficiência à patologia ou à incapacidade. Estudos têm evidenciado que, mesmo no interior de políticas orientadas pelo discurso da inclusão, persistem mecanismos sutis de normalização e controle, que reproduzem hierarquias e desigualdades no interior da escola. Nesse sentido, a produção científica na área revela tensões epistemológicas importantes, especialmente entre abordagens de matriz clínica, centradas na reabilitação e no déficit, e perspectivas críticas que compreendem a deficiência como construção social historicamente situada.

No contexto cearense, embora instituições como a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) tenham ampliado sua contribuição científica por meio de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e de parcerias com políticas públicas estaduais, permanecem desafios relacionados à fragmentação teórico-metodológica, à desigual distribuição regional da produção acadêmica e à limitada articulação entre universidade e escola básica. Essas questões evidenciam a necessidade de análises que considerem simultaneamente as dinâmicas nacionais e as especificidades locais da pesquisa em Educação Especial.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os avanços e os desafios da pesquisa em Educação Especial na perspectiva inclusiva no Brasil e no Ceará, destacando as tendências epistemológicas da produção acadêmica nacional, as especificidades do contexto cearense, com ênfase em políticas públicas e grupos de pesquisa, bem como proposições voltadas ao fortalecimento da articulação entre conhecimento científico e práticas educativas.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos do materialismo histórico-dialético (MHD), adotado como método de análise por possibilitar a apreensão do fenômeno educacional em sua totalidade concreta, superando leituras fragmentadas, descritivas ou meramente normativas. Parte-se do entendimento de que a Educação Especial na perspectiva inclusiva constitui uma mediação histórica das relações sociais próprias do capitalismo, expressando contradições entre a ampliação formal de direitos e os limites estruturais impostos pela lógica da reprodução social.

Nessa direção, o MHD permite compreender o fenômeno investigado como processo histórico, marcado por conflitos, determinações múltiplas e disputas de projetos societários, e não como um dado natural ou neutro.

Conforme Marx (1996), o método dialético exige partir do concreto empírico, avançar por meio de abstrações e retornar ao concreto pensado, reconstruindo idealmente o movimento real do objeto. Marx e Engels (2007) afirmam que o modo de produção da vida material condiciona a organização da vida social, política e cultural, de modo que as políticas educacionais e as práticas escolares devem ser analisadas como expressões dessas determinações materiais. Lukács (2018), ao enfatizar a centralidade da categoria da totalidade, sustenta que somente uma análise que considere a articulação entre singular, particular e universal pode apreender a essência dos fenômenos sociais. Nessa mesma direção, Tonet (2005) destaca a prioridade ontológica do objeto sobre o sujeito no processo de conhecimento, indicando que a realidade social deve orientar a construção teórica, e não o inverso. Assim, adotar o materialismo histórico-dialético implica investigar o ser social em movimento, apreendendo suas contradições, mediações e possibilidades históricas de transformação, como aponta Torriglia (2018).

Quanto à natureza da pesquisa, trata-se de um estudo teórico-bibliográfico e documental. A pesquisa teórico-bibliográfica apoia-se na análise crítica de produções acadêmicas consolidadas, livros, artigos, dissertações e teses que abordam a Educação Especial, a inclusão escolar, as políticas educacionais e a produção científica na área. Conforme Severino (2013), esse tipo de investigação permite reconstruir debates teóricos, identificar tendências analíticas e evidenciar limites epistemológicos e metodológicos presentes no campo estudado. Foram mobilizados, entre outros, Casagrande e Mainardes (2024), Almeida, Milanesi e Mendes (2018), Jesus e Baptista (2012), Mendes (2012) e Balbinot (2016), dentre outros.

A pesquisa documental integra esse percurso analítico por meio do exame de legislações, políticas públicas e documentos institucionais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão (2015), planos educacionais da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) e relatórios de órgãos oficiais. Esses documentos são compreendidos não como registros neutros, mas como construções históricas que expressam correlações de forças e interesses sociais em disputa. Evangelista e Shiroma (2019) ressaltam que a análise documental, quando orientada criticamente, permite desvelar os sentidos políticos, ideológicos e econômicos que atravessam os textos normativos, evitando leituras legalistas ou tecnicistas das políticas educacionais.

No que se refere à abordagem metodológica, a pesquisa integra dialeticamente elementos quantitativos e qualitativos, compreendidos como dimensões indissociáveis do conhecimento social. Lukács (2018) afirma que quantidade e qualidade constituem determinações reflexivas do real, sendo que transformações quantitativas podem engendrar mudanças qualitativas no movimento histórico. Ferraro (2012) critica a falsa oposição entre essas dimensões na pesquisa educacional, argumentando que a separação rígida entre métodos quantitativos e qualitativos empobrece a análise da realidade. Assim, foram mobilizados dados quantitativos referentes à distribuição regional de grupos de pesquisa, produção acadêmica, financiamento e matrículas de estudantes com deficiência, bem como análises qualitativas de estudos, políticas, discursos e experiências institucionais, possibilitando apreender tendências, contradições e limites do campo investigado.

Por fim, o texto organiza-se em três movimentos analíticos articulados: inicialmente, apresenta-se um panorama nacional da produção acadêmica em Educação Especial na perspectiva inclusiva; em seguida, analisa-se o contexto cearense, evidenciando avanços, contradições e limites estruturais; por último, discutem-se os desafios comuns e os caminhos possíveis para a articulação entre produção científica, políticas públicas e práticas pedagógicas, à luz do materialismo histórico-dialético, reafirmando a centralidade de uma análise crítica orientada pela totalidade social.

Resultados e discussões

A pesquisa em Educação Especial na perspectiva inclusiva tem apresentado expansão significativa no Brasil, especialmente nas últimas décadas, impulsionada tanto pela ampliação das políticas públicas educacionais quanto pela crescente demanda por fundamentação científica que sustente a inclusão escolar. Nesse sentido, Casagrande e Mainardes (2024) destacam que os Grupos de Pesquisa (GPs) constituem “elementos essenciais do campo acadêmico da Educação Especial, produtores e disseminadores de conhecimentos que influenciam diretamente no desenvolvimento da Educação Especial no país” (CASAGRANDE; MAINARDES, 2024, p.2). A partir do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, os autores identificaram a existência de 84 Grupos de Pesquisa vinculados ao campo, evidenciando que “a maioria dos grupos está nas regiões Sul e Sudeste” (CASAGRANDE; MAINARDES, 2024, p. 15). Tal configuração revela, simultaneamente, a ampliação quantitativa da produção científica na área e a permanência de desigualdades regionais na organização e na difusão do conhecimento em Educação Especial no contexto brasileiro.

Ademais, os autores assinalam que tais grupos estão majoritariamente vinculados a instituições públicas de ensino superior, uma vez que “83 (98,8%) [dos grupos] pertencem a instituições públicas”, com predominância das universidades federais (CASAGRANDE; MAINARDES, 2024, p.4). No que concerne às perspectivas teórico-epistemológicas, o estudo aponta pluralidade de referenciais, destacando-se o Materialismo Histórico-Dialético como a abordagem mais mencionada pelos líderes dos grupos, o que indica a relevância de leituras críticas da realidade educacional no interior do campo da Educação Especial. Esse conjunto de dados reforça a compreensão de que, embora os Grupos de Pesquisa desempenhem papel central na consolidação científica da área, sua distribuição regional desigual e as dificuldades estruturais relatadas, como a escassez de tempo dos participantes e os impactos da pandemia, expressam contradições que atravessam a produção do conhecimento em um país marcado por assimetrias históricas no acesso à pesquisa e ao financiamento público.

A produção de conhecimentos e pesquisas sobre Educação Especial e Inclusiva, conforme evidenciado por Almeida, Milanesi e Mendes (2018), revela-se profundamente vinculada aos processos de implementação das políticas públicas e à forma como estas são apropriadas nos contextos locais. Tal constatação indica que a produção de conhecimento na área não pode se limitar à análise normativa, mas deve problematizar as contradições entre a política prescrita e a política em uso, considerando que “a interpretação e tradução das políticas dizem do modo como os atores do contexto concebem o conhecimento que ali está” (ALMEIDA; MILANESI; MENDES, 2018, p. 399). Nesse sentido, as pesquisas em Educação Especial cumprem um papel estratégico ao revelar como concepções teóricas, compreensões docentes e condições institucionais incidem diretamente sobre a organização do AEE e sobre os sujeitos que dele deveriam se beneficiar.

Além disso, o estudo evidencia que a produção de conhecimentos no campo da Educação Especial e Inclusiva se fortalece quando ancorada em abordagens colaborativas e em referenciais teórico-metodológicos críticos, capazes de captar a complexidade dos contextos educacionais. As autoras destacam que os estudos analisados se sustentam na colaboração entre universidade e redes de ensino, buscando “avançar com o conhecimento na área de Educação Especial na perspectiva da inclusão, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento profissional de gestores e professores” (ALMEIDA; MILANESI; MENDES, 2018, p. 400). Assim, a pesquisa em Educação Especial assume um caráter formativo e político, ao possibilitar a compreensão crítica das práticas de AEE, das mediações entre ensino comum e SRM e das disputas de concepções que atravessam a inclusão escolar, reafirmando a centralidade da

produção científica para o enfrentamento das desigualdades educacionais historicamente constituídas.

Outras contribuições importantes sobre este panorama podem ser encontradas no estudo realizado por Jesus e Baptista (2012). A análise empreendida evidencia que a produção de conhecimento em Educação Especial no Brasil se consolida em estreita relação com o avanço do paradigma da inclusão escolar e com a problematização das políticas públicas educacionais. Ao mapear a trajetória de pesquisadores vinculados à pós-graduação e à ANPEd, os autores destacam que, nas últimas décadas, houve um deslocamento significativo de uma perspectiva marcada por uma “[...] herança clínica [...] [que] convivia com o discurso especializado ao movimento de inclusão” para uma compreensão da Educação Especial situada no campo da política pública (JESUS; BAPTISTA, 2012, p. 18).

Tal movimento se expressa na constituição de estudos que visam criar um “estado da arte” da área, revelando tendências como o “abandono crescente de visão clínica sobre a excepcionalidade”, a “sintonia com as discussões em curso na educação regular” e o “crescimento dos trabalhos sobre o cotidiano escolar, inclusive junto às escolas comuns”, bem como o “aumento de estudos realizados em situações naturais, tratando a necessidade especial (ou deficiência) de modo relacional e contextualizado” (NUNES; FERREIRA; MENDES, 2004, apud JESUS; BAPTISTA, 2012, p. 19). Nesse sentido, os autores enfatizam que a pesquisa em Educação Especial passa a assumir um caráter crítico e prospectivo, orientando-se pela necessidade de “olhar-se no contexto das questões macrossociais, buscando suas implicações na educação” (JESUS; BAPTISTA, 2012, p. 35) e de produzir indicadores capazes de subsidiar a análise das políticas públicas em andamento, especialmente no âmbito dos municípios, reafirmando a Educação Especial como “forma de conhecimento e prática social” comprometida com a transformação das condições escolares excludentes (JESUS; BAPTISTA, 2012, p. 18).

No que se refere aos referenciais teórico-metodológicos que fundamentam a produção de conhecimentos no campo da Educação Especial, Jesus e Baptista (2012) evidenciam a heterogeneidade epistemológica como traço constitutivo dessa área de investigação. Ao analisarem os trabalhos mapeados, os autores afirmam que a diversidade de referenciais teóricos e metodológicos é uma das marcas mais evidentes da produção analisada, com clara predominância de pesquisas de abordagem qualitativa.

No plano teórico, destacam a presença recorrente de matrizes críticas, assinalando que “observa-se um número significativo de estudos que se apoiam na perspectiva histórico-cultural, no materialismo histórico-dialético, bem como em autores como Paulo Freire e Michel Foucault” (JESUS; BAPTISTA, 2012, p. 24). Essa escolha teórica, segundo os autores, expressa a necessidade de construir referenciais capazes de sustentar análises críticas acerca da educação especial, superando leituras meramente técnicas ou normativas. Longe de representar fragilidade ou dispersão teórica, tal pluralidade é compreendida como indicativa de um campo em processo de consolidação, no qual os desafios teórico-metodológicos são assumidos como parte do próprio fazer científico, entendidos como “elementos disparadores de nossa ação criativa em busca de novos/outros saberes/objetos/olhares/construções/percursos de pesquisa “possíveis”.” (JESUS; BAPTISTA, 2012, p. 17/18). Desse modo, a produção científica em Educação Especial e Inclusiva reafirma-se como uma prática social crítica, comprometida não apenas com a descrição da realidade educacional, mas com a problematização de suas contradições estruturais e com a efetivação do direito à educação escolar para todos.

Ao refletir sobre o papel da pesquisa na consolidação da inclusão escolar no Brasil, Mendes (2012) parte de uma experiência situada na universidade pública e na formação de professores e pesquisadores, ressaltando que a produção do conhecimento científico não pode ser dissociada do compromisso com a transformação das condições educacionais concretas. A autora afirma que a missão de seu grupo de pesquisa tem sido “tentar produzir conhecimento científico que contribua para a universalização do acesso e melhoria da qualidade do ensino oferecida a crianças e jovens com necessidades educacionais especiais na realidade brasileira” (MENDES, 2012, p. 157).

Nesse sentido, a inclusão escolar é compreendida não como uma opção entre outras, mas como “a única alternativa para melhorar o equacionamento do problema da falta de acesso e da baixa qualidade da educação especial no país” (MENDES, 2012, p. 157). Todavia, Mendes é categórica ao afirmar que, do ponto de vista científico, “a questão sobre qual é afinal a melhor forma de educar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais permanece sem resposta” (MENDES, 2012, p. 158), o que explica a existência de múltiplas concepções de inclusão e de divergências teóricas e políticas que atravessam historicamente a área. Diante desse quadro, a autora sustenta que, por se tratar de “uma questão de valor, e um imperativo tanto moral quanto legal”, o momento da pesquisa não deve ser o de questionar a validade da inclusão escolar, mas o de “pesquisar como implementar e aperfeiçoar” essa política nos sistemas educacionais brasileiros (MENDES, 2012, p. 159).

A referida autora ainda enfatiza que a efetivação da inclusão escolar exige uma agenda de pesquisas comprometida com a implementação concreta das políticas, articulando sistema, escola e sala de aula. Para a pesquisadora, “a implantação de uma política de inclusão escolar [...] é processual, devendo, portanto ser construída de forma sistemática, planejada e avaliada” (MENDES, 2012, p. 159), o que implica reconhecer que “a inclusão bem-sucedida, que vai garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar, envolverá necessariamente a provisão de apoios” (MENDES, 2012, p. 160). Entre esses apoios, destaca-se a centralidade da formação docente, uma vez que “uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar” (MENDES, 2012, p. 160). Ao mesmo tempo, a autora alerta para o risco de um discurso inclusivo esvaziado de materialidade, ao afirmar que “a inclusão escolar no Brasil ainda é uma perspectiva a ser buscada” e que o debate intenso e o crescimento das pesquisas podem estar produzindo a “ilusão de que a inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais esteja de fato chegando em nossas escolas” (MENDES, 2012, p. 173). Nesse contexto, Mendes adverte para o perigo de se alimentar o “fantasma da inclusão”, que, paradoxalmente, pode “reforçar a sensação de ameaça e a resistência do sistema às mudanças” (MENDES, 2012, p. 173), reafirmando a necessidade de uma pesquisa crítica, ética e empiricamente fundamentada, capaz de romper com o modismo discursivo e contribuir efetivamente para a construção de uma escola pública inclusiva.

No contexto regional, o Ceará expressa de forma particular essas contradições. A análise do panorama da Educação Especial no Ceará, conforme evidenciado no estudo de Balbinot (2016), revela um movimento consistente de reorientação do modelo de atendimento, alinhado ao paradigma da inclusão escolar, ainda que marcado por contradições estruturais. Os dados dos Censos Educacionais indicam que, entre 2005 e 2014, houve um aumento de 9% nas matrículas da Educação Especial, em contraste com a redução de 3% nas matrículas da educação básica, o que sinaliza um crescimento relativo do público-alvo da Educação Especial no sistema educacional cearense (BALBINOT, 2016). Esse crescimento ocorre, sobretudo, pela ampliação do atendimento em classes comuns do ensino regular, que passaram a concentrar 75,93% das matrículas, evidenciando a migração progressiva de modelos segregados, como escolas exclusivamente especializadas e classes especiais, para a escolarização em espaços comuns, em consonância com as diretrizes inclusivas (BALBINOT, 2016).

No entanto, o próprio autor alerta que esse avanço quantitativo convive com uma demanda reprimida significativa, uma vez que as matrículas da Educação Especial correspondem a cerca

de 1% do total da educação básica, percentual inferior ao esperado quando consideradas as prevalências estimadas de deficiências e altas habilidades na população (BALBINOT, 2016)

De acordo com a Secretaria de Educação (SEDUC), o Estado do Ceará vem estruturando um conjunto articulado de ações voltadas à implementação da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, compreendida como modalidade transversal a todas as etapas e modalidades de ensino e ofertada, preferencialmente, na rede regular, conforme a legislação educacional vigente. Em 2017, a rede estadual contabilizava 4.048 estudantes público-alvo da Educação Especial incluídos em 545 escolas estaduais, além de 338 matrículas em instituições especializadas, ampliando-se, em 2018, para 5.054 alunos atendidos em 608 escolas distribuídas por 177 municípios. A política estadual assegura serviços de apoio à aprendizagem, com destaque para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado no contraturno por meio de Salas de Recursos Multifuncionais, das quais 174 estavam em funcionamento em 99 municípios, atendendo 3.283 alunos, Núcleos de Apoio Pedagógico Especializado (NAPE), centros especializados conveniados e o Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Estado do Ceará (CREAECE), responsável também pela produção de materiais acessíveis e pela formação de professores. Complementarmente, o Estado investe na contratação de profissionais de apoio escolar e intérpretes de Libras, ampliando progressivamente esses quadros, bem como em programas sistemáticos de formação continuada em áreas como Libras, Braille, deficiência intelectual e AEE. Soma-se a esse conjunto o Programa Escola Acessível, que, em 2018, beneficiava 223 escolas em 106 municípios, promovendo adequações arquitetônicas, aquisição de recursos de tecnologia assistiva e melhoria da acessibilidade pedagógica, evidenciando um esforço institucional de ampliar o acesso, a permanência e a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial na rede pública estadual.

Apesar do conjunto expressivo de ações e programas instituídos pelo Estado do Ceará no campo da Educação Especial, a materialização dessas iniciativas no cotidiano escolar nem sempre ocorre de forma plena e coerente com os princípios que as orientam. Em muitos contextos, observa-se um descompasso entre a normatização das políticas e as condições objetivas de sua implementação, seja pela insuficiência de recursos materiais, pela cobertura ainda limitada de serviços especializados frente à demanda existente, seja pela sobrecarga e precarização do trabalho docente e dos profissionais de apoio. A ampliação do AEE, das formações continuadas e dos programas de acessibilidade, embora relevante, tende a se concentrar de maneira desigual entre os territórios, produzindo assimetrias no acesso aos apoios necessários à escolarização

dos estudantes. Ademais, a formação oferecida, em alguns casos, não se articula de modo orgânico às práticas pedagógicas e à organização do trabalho escolar, o que fragiliza sua efetividade. Essas lacunas indicam que o avanço quantitativo das ações não garante, por si só, a consolidação de processos inclusivos substantivos, revelando a necessidade de maior articulação entre política, gestão e escola, bem como de investimentos estruturais contínuos que assegurem não apenas o acesso, mas a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

No Ceará, a atuação em pesquisa científica na área da Educação Especial e Inclusiva vem se estruturando de modo articulado sobretudo no âmbito das universidades públicas, combinando produção acadêmica, formação de pesquisadores e incidência institucional. Na Universidade Federal do Ceará, destaca-se o Grupo de Pesquisa Pró-Inclusão, vinculado à Faculdade de Educação (FACED) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, que desenvolve pesquisas e ações de extensão nos eixos da Educação Especial e Inclusiva, letramento e alfabetização e formação docente, contribuindo para a produção sistemática de conhecimentos críticos e para o diálogo entre universidade e escola. No mesmo sentido, a linha de pesquisa Linguagens e Práticas Educativas (LIPED), especialmente no eixo Escola e Educação Inclusiva, consolida investigações voltadas às práticas pedagógicas, às políticas educacionais e aos processos de escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial.

Na Universidade Estadual do Ceará, o Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão (NAAI), presente em todos os campi, cumpre papel estratégico ao articular políticas institucionais de inclusão, acessibilidade e permanência, promovendo estudos, ações formativas, produção de dados institucionais e parcerias intersetoriais que também alimentam agendas de pesquisa.

No Instituto Federal do Ceará (IFCE), além dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) (núcleos institucionais responsáveis por promover a acessibilidade e a inclusão, atuando na eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, regulamentados desde 2005 e atualizados pela Resolução nº 143/2023) desenvolvem-se ações voltadas ao apoio ao ingresso, à permanência e à aprendizagem, fortalecendo uma cultura institucional de convivência com a diversidade em todos os campi. Soma-se a esse conjunto o Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), realizado em Rede Nacional, do qual o IFCE é uma das instituições ofertantes, contribuindo para a formação continuada de profissionais e para o fortalecimento da pesquisa aplicada na área da educação inclusiva.

A discussão desenvolvida evidencia que a pesquisa em Educação Especial e Inclusiva não pode ser compreendida como um exercício neutro ou meramente descritivo, mas como uma prática social e política diretamente implicada na formulação, interpretação e materialização das políticas educacionais. O acúmulo de estudos revela avanços importantes no plano normativo e discursivo, mas também explicita a persistência de contradições entre o que se proclama como inclusão e as condições concretas de escolarização oferecidas aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Nesse cenário, torna-se evidente que o desafio central não reside apenas em ampliar o acesso ou em multiplicar investigações sobre o tema, mas em produzir conhecimentos capazes de tensionar os limites estruturais da escola pública, iluminar as mediações entre política, prática e formação docente e contribuir para a construção de respostas educacionais efetivas. Assim, o fechamento desta discussão aponta para a necessidade de uma pesquisa comprometida com a realidade concreta, crítica aos simulacros inclusivos e orientada para a transformação das condições objetivas que ainda sustentam processos de exclusão no interior de sistemas educacionais formalmente inclusivos.

Conclusões

Os resultados analisados indicam que a produção acadêmica em Educação Especial na perspectiva inclusiva apresenta crescimento significativo no Brasil; contudo, esse avanço ocorre de forma desigual, marcado por assimetrias regionais e por limitações teórico-metodológicas que condicionam a profundidade das análises. Observa-se a predominância de estudos descritivos e de abordagens empírico-analíticas, o que restringe a consolidação de interpretações críticas mais amplas e, conseqüentemente, a formulação de políticas educacionais capazes de enfrentar as desigualdades presentes no campo da inclusão escolar.

As políticas públicas analisadas ampliam o acesso de estudantes com deficiência à escola comum, mas permanecem tensionadas por práticas medicalizantes, burocráticas e normativas que fragilizam a efetivação da inclusão enquanto direito social. O uso de Tecnologias Assistivas, embora contribua para a ampliação da participação e da permanência dos estudantes, revela-se condicionado a fatores estruturais, como financiamento, organização institucional e formação docente contínua, evidenciando que sua efetividade não pode ser compreendida de forma isolada ou meramente técnica. No contexto cearense, as iniciativas institucionais demonstram potencial de fortalecimento da inclusão, mas expressam concentração territorial das ações e dificuldades de interiorização, o que reafirma a persistência de desigualdades históricas no acesso às políticas educacionais.

À luz do materialismo histórico-dialético, esses achados permitem compreender o objeto investigado como expressão histórica das contradições próprias da sociabilidade capitalista. Os dados não se configuram como fenômenos contingentes, mas como mediações concretas de determinações estruturais vinculadas ao modo de produção da vida material. Os avanços observados coexistem, de forma contraditória, com limites objetivos impostos pela lógica do capital, revelando a tensão permanente entre políticas de ampliação de direitos e mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

Constata-se que políticas, discursos e práticas educacionais operam simultaneamente como instrumentos de democratização e como formas de controle e racionalização. Esse movimento evidencia o caráter histórico e não neutro das políticas educacionais, cuja efetividade está condicionada aos interesses e projetos societários em disputa. Conclui-se, portanto, que o avanço da Educação Especial inclusiva exige a articulação entre produção científica crítica, políticas públicas consistentes e práticas pedagógicas contextualizadas, orientadas pela superação das desigualdades educacionais.

Referências Bibliográficas

BALBINOT, Alexandre Dido. A Educação Especial no Ceará: um estudo da evolução dos indicadores entre 2005 e 2014. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 57-63, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/cinergis/article/view/7147>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Seção 1, nº. 248, p. 179. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 de julho de 2015. Seção 1, nº 127, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 jan. 2026.

CASAGRANDE, Rosana de Castro; MAINARDES, Jefferson. Grupos de Pesquisa em Educação Especial no Brasil: Análise da Opinião de Líderes. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 30, e0118, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/7JxtFGryRQH7pnXB9nLsw4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2026.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas.** — Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. Cap. 3, p. 83-120.

FERRARO, Alceu Ravanello. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 129-146, jan. - abr., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/8rGTrz3HTMFpBjKGkQqKQbG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 janeiro de 2024.

JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto. Educação especial, pesquisa e inclusão escolar: breve panorama de algumas trajetórias, trilhas e metas no contexto brasileiro. In: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; VICTOR, Sonia Lopes (org.). **Pesquisa e educação especial: mapeando produções.** Vitória: EDUFES, 2012. p. 19-35. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/52cfef75-4c07-42be-92a5-26ab88065c1a/content>. Acesso em: 18 jan. 2026.

LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para a ontologia do ser social.** Traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade. — Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MAINARDES, Jefferson; CASAGRANDE, Rosana de Castro. Educação Especial: análise do perfil de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq. **Revista Educação Especial, [S. l.]**, v. 35, p. 1-25, jun. – nov., 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/70831>. Acesso em: 14 jan. 2026.

MARX, K. **O capital: crítica à economia política.** Vol. 1. Tomo 1. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Constituição de uma rede colaborativa de pesquisa: o Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP). **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, RJ, EDUR, v. 34, n.12, p. 13-29, jan. – jun., 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274694546_Constituicao_de_uma_Rede_Colaborativa_de_Pesquisa_o_Observatorio_Nacional_de_Educacao_Especial_ONEESP. Acesso em: 14 de janeiro de 2026.

ALMEIDA, Mariangela Lima De ; MILANESI, Josiane Beltrame ; MENDES, Enicéia Gonçalves. A produção de conhecimentos sobre atendimento educacional especializado: um estudo comparado nacional. **POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL (ONLINE)**. v. 22, p. 395-409, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10722/7346>. Acesso em: 14 janeiro de 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

TORRIGLIA, Patricia Laura. Primeiras aproximações ao ser do reflexo: a vida cotidiana como terreno fundante do processo de conhecimento. In: TORRIGLIA, Patricia Laura. **Ontologia crítica: e os diferentes objetos na pesquisa educacional.** — Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2018.